

Desidratada, pauta econômica do governo avança, mas algumas medidas ficarão para 2024

Congresso Temas prioritários como a reforma tributária e a MP 1.185 devem ir a votação neste mês

Pauta econômica avança, mas há pendências

De Brasília

O governo chega a dezembro correndo contra o tempo para aprovar sua agenda econômica. Ainda estão pendentes do aval do Congresso Nacional a reforma tributária e uma matéria decisiva para o cumprimento da meta de zerar o déficit público em 2024: a medida provisória (MP) 1.185, das subvenções a investimentos. Também foram aprovados a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o Orçamento de 2024 e um conjunto de outras medidas.

Apesar do calendário apertado, integrantes da base aliada do governo já avisaram ao Executivo que a agenda prioritária do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), pode ser aprovada ainda neste ano, caso as promessas feitas aos congressistas sejam cumpridas de forma antecipada.

Ainda assim, é possível que algumas matérias fiquem para o ano que vem. É o caso da mudança nos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), que enfrenta dura resistência das empresas.

O foco da agenda do governo está na reforma tributária e na MP 1.185. A aprovação desses textos está condicionada ao cumprimento de promessas, informam líderes partidários. Eles listam a recriação da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e a indicação de nomes do Centrão a vice-presidências da Caixa. Após meses de espera, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu emplacar o economista Carlos Antônio Vieira Fernandes no comando do banco.

Além disso, o Centrão espera a liberação do que restou das emendas do orçamento secreto e quer tornar impositiva, na LDO de 2024, a execução de R\$ 10 bilhões destinados às bases eleitorais. Espera, ainda, que

Na reta final do ano

Itens da agenda econômica no Congresso

	O que precisa	Chance de sucesso	O que acontece se não passar	Importância para a economia
Reforma tributária	Prorrogar a emenda constitucional	Boa	Alarga calendário de implementação da reforma	Melhora competitividade
MP 1.185	Aprovar na Câmara e no Senado	Média	Frustra arrecadação de até R\$ 35,3 bi em 2024	Decisivo para déficit zero; detém erosão de base de IRPJ e CSLL
"Plano B" do JCP	Fechar acordo para limitar	Média/baixa	Não haverá limitação em 2024	Contribui para ajuste fiscal
Apostas	Votar no Senado	Boa	Frustra arrecadação de R\$ 918,7 milhões	Contribui para ajuste fiscal; regulamentar setor
Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024	Votar na Câmara e no Senado	Boa	Não pode executar nem orçamento provisório. Tera de abrir crédito extraordinário para pagamentos inadivélis	É base para o Orçamento
Orçamento de 2024	Votar na Câmara e no Senado	Média/alta	Orçamento é executado à razão de 1/12 por mês até a votação	Detalha receitas e despesas do governo
Créditos de carbono	Aprovar na Câmara	Boa	País perde oportunidades de negócio	Regulamenta mercado de mais de US\$ 100 bilhões até 2030

os ministérios empenhem os recursos atrelados às emendas. O empenho consiste em "reservar" dinheiro para pagar um contrato específico, o que só ocorre quando a despesa começa a ser realizada.

"O calendário já está apertado, temos pouca margem para as próximas semanas", avaliou um líder com boa interlocução com o governo e com Lira. "Ainda que a pauta esteja enxugada, a missão não é fácil, porque exige ajustes de textos, principalmente na MP". Ele acrescentou que o governo já foi alertado que, se não entregar algumas demandas, como emendas e cargos, "essa agenda pode ficar travada".

No Catar, onde acompanha a agenda de Lula, Haddad disse que trabalhará "até o último dia" pela aprovação das medidas e

destacou a cooperação dos presidentes da Câmara e do Senado. "O Congresso Nacional está empenhado em ajudar o país a equilibrar suas contas", avaliou.

"Acho que essas medidas todas vão passar. Evidentemente, com modificações do Congresso. Existem forças de pressão", comentou o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. "Tem uma coisa a lamentar, que o Congresso se curvou à força dos lobbies", acrescentou, ao avaliar a aprovação de regimes especiais na reforma tributária.

A proposta de taxação dos fundos offshore, aprovada pelo Senado na quarta-feira, também mudou com as concessões. A alíquota ficou em 15%, quando a proposta original era de até 22,5%. Já a MP 1.185 deve ter como acréscimo um programa de parcelamento de dívidas com desconto de até 65%.

A "desidratação" das propostas do governo altera seu resultado, mas o governo não muda suas projeções de arrecadação, criticou o ex-secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, hoje economista da ASA

Investments. Ele afirmou que um traço comum nesse conjunto de projetos do governo para zerar o déficit em 2024 é "a ausência de clareza sobre as estimativas de impactos das medidas".

Na avaliação de Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, a arrecadação com as medidas será menor que o previsto pelo Executivo. "A agenda de recuperação de receitas é positiva e deve render um bom fluxo para colaborar com a melhora do resultado primário entre 2023 e 2024. Nas minhas contas, na Warren, sou mais conservador, entretanto, em comparação com as estimativas oficiais. Em geral, entendo que teremos algo como 1/3 do total previsto originalmente em receitas extras na Proposta de Lei Orçamentária Anual", afirma Salto.

Apesar da cooperação entre governo e Congresso em pautas econômicas, algumas propostas enfrentam dura pressão contrária. É o caso do fim da possibilidade de as empresas deduzirem do Imposto de Renda o JCP. As negociações em torno da extinção do mecanismo não prosperaram, por isso o que es-

te sobre a mesa agora é a reforma dele. No entanto, a pedido das empresas, esse debate ficou para 2024, para ser implementado em 2025.

O governo ainda fez uma tentativa de propor um "plano B" para limitar o uso do JCP ainda este ano. Como revelou o Valor, a ideia era aumentar a cobrança sobre os valores distribuídos aos acionistas de 15% para 20% de Imposto de Renda e limitar o abatimento sobre o lucro auferido, além de travar a utilização desse mecanismo ao ano de aferição e impedir a contabilização de uma série de mecanismos utilizados para reduzir o lucro e o imposto pago.

A ideia era incluir essa mudança na MP 1.185. No entanto, dada a resistência do empresariado, Lira orientou o deputado Luiz Fernan-

do Faria (PSD-MG), relator da MP, a não incluir as mudanças em seu relatório. (ver nesta página)

do Faria (PSD-MG), relator da MP, a não incluir as mudanças em seu relatório. (ver nesta página)

do Faria (PSD-MG), relator da MP, a não incluir as mudanças em seu relatório. (ver nesta página)

"Há uma coisa a lamentar: o Congresso se curvou aos lobbies"
Mailson da Nóbrega

"Entendo que teremos 1/3 do total previsto em receitas extras"
Felipe Salto

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Página: 11